

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 1.121, de 2019, do Senador Humberto Costa, que *altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Capibaribe na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)*.

Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 1.121, de 2019, do Senador Humberto Costa, que *altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Capibaribe na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)*.

O art. 1º da proposição altera o art. 2º da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para a inclusão mencionada.

O art. 2º contém a cláusula de vigência.

Ao justificar a proposição, o autor argumenta que a Codevasf contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que atua. O sucesso da Companhia levou à expansão da sua área de atuação ao longo dos anos.

O projeto de lei em análise propõe a inclusão, na área de atuação da Codevasf, da bacia hidrográfica do rio Capibaribe. A área abrange um total de 42 municípios, sendo que parte deles já faz parte dos municípios



SF/19570.45415-13

beneficiados pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) e já está incluída na área de atuação da Companhia. Assim, a proposição acrescenta o restante da bacia hidrográfica do rio Capibaribe à área de atuação da Codevasf.

A matéria foi distribuída apenas à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa.

## II – ANÁLISE

Nos termos do inciso V do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a agências e organismos de desenvolvimento regional.

Além do mérito, esta Comissão deve se pronunciar sobre os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria, conforme dispõe o art. 49, conjugado com o inciso I do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 6.088, de 1974, a Codevasf tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação. Esse aproveitamento pode se dar pela ação direta da Companhia ou por intermédio de entidades públicas e privadas, com a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários.

Originalmente, a área de atuação da Codevasf abrangia apenas o vale do rio São Francisco. Contudo, a constatação da qualidade e da eficiência das ações da empresa estimulou a busca pela ampliação legal da sua zona de atuação. Nos últimos anos, sua atuação se expandiu consideravelmente, passando a abranger as bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru e Paraguaçu, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Maranhão, Ceará, Mato Grosso, Pará, Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados de Alagoas, Maranhão e Sergipe.

Sem alterar a missão da Codevasf, o PL nº 1.121, de 2019, inclui a bacia hidrográfica do rio Capibaribe na área de atuação da Companhia.

Dessa forma, não são vislumbrados impactos financeiros e orçamentários imediatos em decorrência da aprovação do projeto.

No tocante ao mérito do PL, considerando o histórico da atuação da Codevasf na promoção do desenvolvimento regional, parece oportuna e pertinente a ampliação da sua área de abrangência para englobar também a bacia hidrográfica do rio Capibaribe, principalmente ao se levar em conta o fato de que parte dessa bacia já está sob influência da Companhia em decorrência do PISF.

É notório que a atuação da Codevasf tem sido de grande importância para a organização de atividades produtivas nas áreas em que atua, contribuindo para que a utilização dos recursos naturais ocorra de maneira racional e sustentável. Graças a esse apoio, o desenvolvimento econômico e social tem se tornado realidade em áreas que antes contavam com poucas perspectivas de crescimento.

Do ponto de vista da constitucionalidade, a proposição não encontra restrições. A Constituição Federal prevê competência privativa da União para legislar sobre águas e energia, e há, ainda, a previsão de competência administrativa da União para elaborar e executar planos regionais de desenvolvimento econômico e social. As ações previstas na Lei nº 6.088, de 1974, que o presente Projeto de Lei pretende estender à bacia hidrográfica do Capibaribe, se enquadram nos ditames constitucionais mencionados.

A proposição também atende os requisitos de juridicidade e de boa técnica legislativa, estando em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 1998.

Em síntese, o projeto de lei é meritório e que não apresenta vícios formais que possam restringir sua aprovação.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação**, em decisão terminativa, do Projeto de Lei nº 1.121, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19570.45415-13